

Universidade Pública, o desenvolvimento de C&T e o setor privado

Simone Silva *

Resumo: Ao investigar uma sociedade, em qualquer etapa de seu desenvolvimento histórico, deve-se começar pela análise de seu modo de produção, verificando como os seres humanos transformam a natureza por meio do trabalho, como acontece a sua organização, considerando as formas de propriedade dos meios de produção, sua base tecnológica e a apropriação dos produtos desse trabalho. O desenvolvimento de tecnologias é decisivo para o capitalismo. Por meio dele é possível a sofisticação de maquinarias, possibilitando condições objetivas, sem comprometer os lucros da burguesia, para que os trabalhadores conquistem a redução da jornada de trabalho. É um momento especial para o sistema capitalista, pois produz a subordinação real do trabalho ao capital, abrindo fronteiras para a exploração por meio do mais valor relativo. Decerto, burguesias detentoras de novas tecnologias podem se manter no topo da estrutura de dominação, por terem melhores condições na produção e circulação de mercadorias. No Brasil, o plano das frações burguesas não pretendia um projeto autopropelido de nação, o que levou a uma relação de dependência frente às frações burguesas hegemônicas. Assim, as universidades públicas foram instadas a serem o esteio do desenvolvimento de novas tecnologias e a disseminar teorias desenvolvimentistas apregoadas pelas burguesias dos países centrais, não sem reação. A pós-graduação das universidades públicas cumpre papel decisivo no desenvolvimento de novas tecnologias. No entanto, vale acompanhar a sua consolidação e expansão, buscando perceber o papel da produção de ciência e tecnologia na melhoria das condições da vida humana e no atendimento dos desejos dos mercados.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Universidades Públicas; Autonomia.

Public University, the development of science and technology and the private sector

Abstracts: In investigating a society, at any stage of its historical development, one must begin by analyzing its mode of production, by examining how human beings transform nature through work, as their organization does, by considering the forms of property of Means of production, its technological base and the appropriation of the products of this work. The development of technologies is decisive for capitalism. Through it is possible the sophistication of machinery, enabling objective conditions, without compromising the profits of the bourgeoisie, so that workers can reduce the working day. It is a special moment for the capitalism, for it produces the real subordination of labor to capital, opening frontiers for exploitation by the most relative value. Certainly, bourgeoisie holding new technologies can remain at the top of the structure of domination, because they have better conditions in the production and circulation of goods. In Brazil, the plan of the bourgeoisie did not intend a self-proclaimed project of nation, which led to a relation of dependence on the hegemonic bourgeois fractions. The public universities were urged to be the mainstay of the development of new technologies and to disseminate developmental theories proclaimed by the bourgeoisies of the central countries, not without reaction. The post-graduation plays a decisive role in the development of new technologies. It is worth

* UFRJ. E-mail: simonesilva@ufrj.br

accompanying its consolidation and expansion, seeking to realize the role of the production of science and technology in improving the conditions of human life and in meeting the desires of the markets.

Keywords: Development; Public Universities; Autonomy.

Introdução

O desenvolvimento da ciência e a descoberta de novas tecnologias é, sem dúvida, uma necessidade importante para que se obtenham avanços na qualidade da vida humana. No entanto, no sistema capitalista, este desenvolvimento está atrelado ao aumento do lucro e tem no, atual momento deste sistema econômico, contribuído para a consolidação do capitalismo monopolista.

Neste trabalho, buscamos discutir este processo, partindo da importância histórica das descobertas nesta área e como o capital se apropria delas, para, particularizando a situação do Brasil, país de capitalismo dependente no qual as frações burguesas condicionam este desenvolvimento aos países centrais priorizando suas vantagens individuais em detrimento da melhoria das condições de vida dos povos, possamos examinar as relações e as implicações para a universidade pública brasileira, pólo reconhecido de realização de mais de 80% das pesquisas realizadas no país.

Este trabalho faz parte de pesquisas que estão sendo realizadas no Grupo de Trabalho de Financeirização do Coletivo de Estudos Marxistas e Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e, busca verificar na história da pós-graduação das universidades públicas do Brasil as implicações das políticas de fomento nos mais de 30 anos desde sua regulamentação e consolidação até a atualidade. Assim como, conferir o caráter que as pesquisas de ciência e tecnologia desenvolvidas em seu âmbito têm adquirido.

Buscamos debater a situação na qual ela se encontra atualmente, observando as alterações na política de fomento e observando os nexos com possíveis alterações no padrão de pesquisa realizada na pós-graduação indicando a intenção de modificar a função social da universidade pública e determinar o fim da autonomia universitária também neste campo.

O desenvolvimento da forças produtivas e a ciência e tecnologia

O surgimento da propriedade privada redefine o papel do desenvolvimento das forças produtivas na sociedade. Se antes a atividade prática humana e o conhecimento produzido por ela se dedicavam a constituir melhores condições de sobrevivência para a humanidade, nessa nova configuração estão a serviço de potencializar o trabalho em benefício da classe que detém a propriedade privada. No capitalismo, o aperfeiçoamento das forças produtivas intenta potencializar o trabalho, objetivando a produção de mais-valia, estabelecendo uma nova relação de produção. Nesse sistema, o aumento do poder econômico dos proprietários dos meios de produção define o progresso da sociedade.

No momento em que o resultado do trabalho passa a ser denominado como mercadoria, ou seja, adquire valor para além do uso, as forças produtivas e as relações sociais de produção ganham um novo modelo. Diferente de David Ricardo (1996) e Adam Smith (1996), que consideram a produção de mercadoria uma forma natural e eterna, que percorre toda a história da humanidade de forma perene, Marx define mercadoria como a forma “fantasmagórica de uma relação entre coisas” (Marx, 1996, p.198) para apontar o conteúdo de classe da produção do capital a partir da mais-valia, já que a produção não tem como propósito imediato o valor de uso, mas, antes, o valor de troca que, afinal, determina sua produção e produz um sobretrabalho não pago, que é apropriado pelos que detêm o capital. Com a mesma característica fantasmagórica, a tecnologia é apresentada como neutra e sob a égide de valores puramente técnicos, buscando encobrir, tal qual a mercadoria, as relações de classes que nela estão embutidas.

Com a universalização do modo de produção capitalista, qualquer projeto de desenvolvimento de um país passa por ações nos domínios da ciência e da tecnologia. Em uma sociedade dividida em classes sociais, a probabilidade que as prioridades definidas sejam aquelas que atendam à maioria da população é pequena. Decerto, novas técnicas podem facilitar a realização de certas formas de trabalho (no sentido de menor uso da força muscular etc.). Todavia, é imperativo entender a serviço de que tipo de sociedade o desenvolvimento é realizado.

[...] na produção social da sua própria existência, os homens entram em relações determinadas, indispensáveis, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado do desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sob a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política. Prefácio de 1859. (MARX,2008, p.47)

Em uma sociedade dividida em classes sociais, na qual o lucro é a força motriz, o desenvolvimento das forças produtivas não está voltado para a melhoria da vida (embora possa ter como consequência a melhoria da qualidade de vida daqueles que podem se apropriar das mercadorias por ela produzida), mas para a ampliação da mais-valia relativa, o que requer concentração, centralização do capital, inclusive por meio da escala da propriedade privada. Assim, as forças produtivas podem ganhar novas potencialidades sem necessariamente resultar em melhoria das condições daquele que trabalha (como pode ser visto nos processos de alienação e de subordinação real do trabalho ao capital).

Marx apontava que o desenvolvimento da ciência e, nesse contexto, da maquinaria, contém elementos positivos, como a maior capacidade de produção com menor dispêndio de energia muscular. No entanto, ressaltava que as importantes mudanças advindas desse desenvolvimento, possibilitando o manejo do tempo do trabalho, não significariam, por si só, menor exploração do trabalho. “A maquinaria executou, sem dúvida, o trabalho que demandaria a energia de milhões de homens; mas ela também multiplicou prodigiosamente o trabalho daqueles que são governados por seus terríveis movimentos” (MARX, 2010, pag.368).

O desenvolvimento da tecnologia sofisticou a maquinaria, possibilitando condições objetivas para que aqueles que sobreviviam da venda de sua força de trabalho, por meio da luta de classes, conquistassem a redução das jornadas de trabalho. Porém, distintamente do que apregoavam os burgueses, tal redução da jornada não significou redução de lucros. Marx compreendeu o alcance desse processo, caracterizando-o como revolucionário, pois produz a subordinação **real** do trabalho ao capital, abrindo novas fronteiras para a exploração por meio do mais-valor relativo. Novas descobertas tecnológicas podem então vincular-se à relação dialética, que é peculiar ao capitalismo, entre os seus momentos de equilíbrio e desequilíbrio.

Dado o fato da concorrência, “o anseio incessante por enriquecimento”, que é um elemento distintivo do capital, consiste na realidade na busca de um superlucro, de um lucro acima do lucro médio. Essa procura conduz a tentativas permanentes no sentido de revolucionar a tecnologia, conseguir menores custos de produção que os dos concorrentes e obter superlucros, o que é acompanhado por uma composição orgânica do capital mais elevada e, ao mesmo tempo, por uma taxa crescente de mais-valia. Todas as características do capitalismo como forma econômica estão presentes nessa descrição, características baseadas em sua tendência inerente a rupturas de equilíbrio. Essa mesma tendência também se encontra na origem de todas as leis de movimento do modo de produção capitalista. (MANDEL, 1972, p.17)

O papel da tecnologia não é secundário no desenvolvimento das forças produtivas. Apesar do fetiche de que a ciência e a tecnologia são baseadas em neutralidade e técnica pura, o seu papel na produção e reprodução do capital ganha contornos ideológicos quando, além de estabelecer novas condições para o desenvolvimento das forças produtivas, é chamada a assumir o lugar de força motriz para superar a desigualdade entre nações. Entretanto, apesar de favorecer a mobilidade de capital, os avanços tecnológicos não promovem um súbito nivelamento da taxa de lucro, o que poderia provocar alterações significativas no funcionamento do mercado mundial.

Do momento da descoberta de uma nova tecnologia até a sua aplicabilidade no modo de produção, ou seja, a inovação, e o seu retorno financeiro que irá interferir no equilíbrio do capital, há um espaço de tempo considerável que envolve avaliações sobre os monopólios e os concorrentes, problemas de escala, compatibilidade com o grau de desenvolvimento tecnológico de segmentos correlatos etc. De pouco adianta disponibilizar artefatos com certa tecnologia, se a mesmo não pode ser utilizado em sua potencialidade, favorecendo concorrentes que já internalizaram o custo de uma dada tecnologia “menos desenvolvida”. Em suma, o tempo entre a descoberta e o uso efetivo da produção massiva não depende apenas da empresa detentora dessa tecnologia.

As teorias desenvolvidas para estimular os avanços das economias estão em voga desde a I Revolução Industrial. A Riqueza das Nações (1776) de Adam Smith é essencialmente uma teoria para o crescimento econômico. No entanto, é a partir da II Guerra Mundial que a tecnologia adquire uma relação mais direta com o poder e, por conseguinte, com o desenvolvimento das nações, desde a indústria bélica até otimização do mundo do trabalho, ou seja, a intensificação da exploração do mais valor relativo.

Longe de se comportar como uma referência para o desenvolvimento autônomo do país, as frações burguesas locais buscam obter vantagens para si, ainda que ao custo de imensa transferência de massa de mais-valia para as burguesias dominantes. Em lugar de um projeto de nação forte, estimula processos que promovem adaptação aos processos externos de desenvolvimento de acordo com os ganhos particulares que essas podem ter. De acordo com Florestan, para as burguesias latino-americanas

o essencial continua a ser as ‘vantagens relativas’ da associação com as nações capitalistas centrais e sua superpotência (isto é, as migalhas da

submissão ao imperialismo) e o ‘equilíbrio de poder’ a qualquer preço, pelo qual a Nação tem de crescer fatalmente contra a sociedade politicamente organizada.(1980, p.1)

Para que as burguesias associadas (países centrais do capitalismo e países de capitalismo dependente) obtenham ganhos exitosos, é necessário garantir que a exploração da classe trabalhadora adquira altos níveis: promovendo a intensificação da taxa de mais-valor e a redução da concessão de direitos. E para atingir esses resultados, em diversas situações, se mostra inevitável manter uma parte do trabalho submetida a características tão anacrônicas quanto necessário.

A inegável desigualdade das formas de produção coexistentes e seus efeitos sobre o estilo de vida das populações do campo ou sobre o desenvolvimento econômico regional têm levado alguns cientistas sociais a interpretações dualistas rígidas. [...] Pelo que afirmamos, a articulação de formas de produção heterogêneas e anacrônicas entre si preenche a função de calibrar o emprego dos fatores econômicos segundo uma linha de rendimento máximo, explorando-se em limites extremos o único fator constantemente abundante, que é o trabalho – em bases anticapitalistas, semicapitalistas ou capitalistas. Por isso, estruturas econômicas em diferentes estágios de desenvolvimento não só podem ser combinadas organicamente e articuladas no sistema econômico global. [...] Sob o capitalismo dependente, a persistência de formas econômicas arcaicas não é uma função secundária e suplementar. A exploração dessas formas, e sua combinação com outras, mais ou menos modernas e até ultramodernas, fazem parte do “cálculo capitalista”. (FERNANDES, 1968, p. 64-65)

O papel do desenvolvimento de uma nação sob estas condições é bastante discutível. A propulsão de um projeto interno que partisse das possibilidades e capacidades do país com o intuito de promover o desenvolvimento da ciência e de novas tecnologias que possam conceder avanços positivos na vida humana daquela sociedade não se tratava do plano das frações burguesas brasileiras. Mas, ao mesmo tempo era preciso promover a ciência e a tecnologia, mesmo que a intenção não fosse um projeto autopropelido de nação desenvolvida.

O contexto de regulamentação e consolidação da pós-graduação

Sob estas circunstâncias é criada a pós-graduação das universidades públicas brasileiras. Ao assumir políticas de ampliação da universidade pública e de investimentos na pós-graduação no Brasil, o que estava em foco era a modernização do país. Todavia esta modernização estava amparada na ideia de dependência, desta forma a universidade e a pesquisa que busca o espaço crítico da própria ciência, produtor de conhecimento

através da promoção da criatividade intelectual se choca frontalmente com a ideia de universidade utilitária, cuja atividade é apenas formar uma mão de obra qualificada. Esta concepção de ensino superior terá um efeito comprometedor para o desenvolvimento da pós-graduação desde o seu nascimento.

As frações burguesas desejavam apenas uma sociedade utilitária, uma sociedade de serviços úteis, uma sociedade de trabalho e, para atingir este objetivo, não seria possível se espelhar em uma ideia de universidade, cuja característica central era ser o centro de busca pela verdade, de investigação e de pesquisa, não o comentário, a interpretação e a consolidação sobre a verdade e o conhecimento existente, mas, definitivamente, a criação de um conhecimento novo. (TEIXEIRA, 1988)

Assim desde a instalação da pós-graduação no Brasil nos anos 1950, sua finalidade tem sido direcionada para a contribuição da superação do arcaico rumo à modernização e à melhor localização do país na divisão econômica mundial. Um aspecto virtuoso dessas crenças era de que para que tais objetivos fossem alcançados seria necessária a construção sólida de um corpo docente brasileiro, para superar a obrigatoriedade de importação de professores estrangeiros. A preocupação com a criação de órgãos de coordenação e orientação da produção científica constitui um importante marco nas relações Estado-ciência. Até aquele momento era o Estado responsável direta ou indiretamente pelo financiamento da pesquisa no Brasil, no entanto, diversos fatores constituíram a ideia da implantação destes organismos. Assim se estabeleciam políticas relacionadas ao ensino superior e a pós-graduação baseadas na ideologia do desenvolvimento. Esta ideologia é constitutivamente bastante prejudicial ao real desenvolvimento, pois opera mudanças no método de análise da situação política do país, dando ao econômico o lugar do político e transferindo os resultados positivos prometidos para um futuro longínquo (Cardoso, 1978).

Esta foi a forma usada para justificar diante da população os sacrifícios aos quais ela estaria submetida em nome deste desenvolvimento, também foi a fórmula para responsabilizar as dificuldades vigentes no atraso que o passado arcaico provocava e os obstáculos que representavam na direção ao tão almejado 'progresso'. Enquanto era operada esta ideologia, o progresso surgia através das multinacionais, de um endividamento externo, do aumento na concentração de renda e da propriedade e da absorção de cultura hegemônica, ou seja, à custa de dependência econômica e de

heteronomia cultural. É possível identificar semelhanças entre o binômio desenvolvimento-modernização e o colonialismo em sociedades pós-coloniais e politicamente independentes. Embora propagado como uma aliança positiva ao país, o progresso instaurado nestas regiões só atendia aos interesses externos.

Antes mesmo do golpe empresarial militar na década e 1960, parte da comunidade acadêmica já estava fortemente vinculada ao modelo estadunidense e, como assinalado, não possuía vínculos efetivos com os movimentos reformistas. Os formuladores das políticas educacionais e de ciência e tecnologia, comprometidos com a preparação e a efetivação do golpe, sabiam que a universidade poderia ser um celeiro onde aliados e colaboradores poderiam ser buscados. Para a garantia da ‘tutelagem’ (Fernandes, 1975) era preciso investir em obter aliados internos à universidade. Os organismos internacionais interessados em constituir as políticas para o ensino superior contaram com o apoio dos órgãos governamentais que, por sua vez, obtiveram dentro da comunidade universitária interlocutores que facilitaram a possibilidade de implementação destas políticas. Os intelectuais se encontravam expostos a toda sorte de possibilidades para a realização de sua pesquisa, o que facilitava a cooptação. *Nunca se procurou apenas, estrita e estreitamente, proteger a liberdade do intelectual através de um isolamento que o colocasse ao abrigo de certas pressões materiais ou morais de outros grupos mais poderosos. (ibidem, p.27).*

A criação e consolidação da pós-graduação no Brasil passa efetivamente pelas universidades públicas e com forte dominação por parte do Estado e, ainda contando com apoio de setores cooptados da comunidade acadêmica para seu êxito. Os governos militares produziam Planos Nacionais de Desenvolvimento- PND’s vinculados aos Planos Brasileiros de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - PBDCT’s e que também influenciavam os Planos Nacionais para a Pós-graduação - PNPG’s. A distribuição de recursos para as necessárias pesquisas eram submetidas às intenções destes planos, o que significava uma quebra da autonomia da pesquisa nas universidades. Contudo, também significou o crescimento da pós-graduação. A universidade foi sendo compelida a assumir políticas hegemônicas provenientes das frações burguesas, erigindo, no Estado, cada vez mais um complexo aparato estatal de fomento à C&T.

O crescimento da pós-graduação no país surge sustentado na sua regulação por meio do parecer nº977, popularmente conhecido como parecer Sucupira (sobrenome de seu autor), que propugnava que sendo o país incipiente em experiência desta ordem, devia recorrer a modelos internacionais consolidados, e, atendendo a orientação ministerial o modelo a servir de orientação era o estadunidense¹ e em uma organização da distribuição de recursos a partir da criação da Financiadora de Estudos e Projeto – Finep (1967) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT (1969). A resultante é que em apenas quatro anos o número de cursos saltou de 35 para 135 e seguiu crescendo nos anos seguintes, chegando a mais de mil no momento da criação do Ministério de Ciência e Tecnologia, em 1985.

1976	561	200	761
1977	618	219	837
1978	664	235	899
1979	703	252	955
1980	726	277	1.003
1981	736	285	1.021
1982	760	301	1.061
1983	777	314	1.091
1984	792	333	1.125
1985	820	346	1.166

Tabela 3.
Evolução do número de cursos de pós-graduação de 1976 até 1985.²

Neste mesmo período o Estado investiu na criação de importantes centros de pesquisa em suas empresas estatais, casos como o do Centro de Pesquisas da Petrobrás – Cenpes (1963), criado um ano antes do golpe, e do o Centro de Pesquisa da Eletrobrás – Cepel (1974), que surgiu no auge da ditadura empresarial- militar. Entretanto, não houve um projeto de investimento dos setores privados em criar seus próprios centros de pesquisa, e por parte do governo militar e das frações não houve exigência nesse sentido, o que perdura até os dias de hoje. As estatais mais importantes se preocupavam com este aspecto tão decisivo para a descoberta e utilização de novas tecnologias, no entanto, a política de privatizações efetivada na década de 1990 serviu como desmonte para este tipo de investimento próprio do setor produtivo.

¹ Parecer nº977 de 1965, p.4. Disponível em https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Parecer_CESU_977_1965.pdf

² Fonte: Capes/MEC

As mudanças a partir da Reforma do Estado

A partir da década de 1990 a pós-graduação no Brasil segue sendo ampliada. No entanto, o processo é distinto do ocorrido durante o período militar, no qual a relação entre o Estado, as políticas desenvolvimentistas e a pós-graduação das universidades públicas caminhavam juntas. A nova fase de crescimento se consolida diante de novos procedimentos para a política de fomento. Entra em cena, a partir da Reforma do Estado, iniciada com o governo de Fernando Collor de Mello e consolidada no governo de Fernando Henrique Cardoso, a criação dos “Núcleos de Excelência - Pronex” (1996)³, dos Fundos Setoriais (1999), e das fundações privadas de apoio. Por outro lado, é importante demarcar o papel negativo das privatizações das estatais também nesta área, visto que, centros de pesquisas foram desarticulados junto com as privatizações de empresas importantes.

Contudo, o crescimento do número de cursos de pós-graduação, após a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia seguiu curso acentuado. Segundo dados da Plataforma Sucupira (CAPES) o total de cursos de pós-graduação (mestrado, doutorado e mestrado profissional) no Brasil hoje totaliza 6.472.

Região	Total de Programas de pós-graduação					Totais de Cursos de pós-graduação			
	Total	ME	DO	MF	ME/DO	Total	ME	DO	MF
CENTRO-OESTE	359	143	10	52	154	509	297	162	50
NORDESTE	887	398	16	147	326	1204	721	339	144
NORTE	246	116	4	48	78	322	193	82	47
SUDESTE	1952	409	41	384	1118	3050	1520	1154	376
SUL	937	310	11	156	460	1387	764	468	155
Totais	4381	1376	82	787	2136	6472	3495	2205	772

Elaborado pela autora com dados coletados da Plataforma Sucupira

Legenda: ME- Mestrado; DO – Doutorado; MF – Mestrado Profissional

Segundo dados do CNPq de 2001, até 1985, o percentual de doutores formados fora do Brasil chegava a 40%; no fim da década de 1990, esse número já havia sido reduzido a 20%. O número de doutores e mestres formados no país tem aumentado ano a ano. Desde o início deste século, o crescimento é bastante considerável conforme dados do CNPq.

Nível de Treinamento	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2014	2016
----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------

³ <http://www.memoria.cnpq.br/programas/pronex/index.htm>

Doutorado	12.937	14.588	16.671	20.092	23.484	31.352	49.570	69.375
Mestrado	20.641	18.746	20.390	24.407	29.577	36.268	48.767	81.903

Dados da Serie Histórica do CNPq – por nível de treinamento

Os Fundos Setoriais sejam, talvez, o que mais representam a instituição de o novo padrão para a pesquisa em ciência e tecnologia em que se dá este crescimento. Buscando alavancar o sistema, segundo a FINEP⁴, este fundos, cujas receitas são oriundas de contribuições incidentes sobre o resultado da exploração de recursos naturais, parcelas do Imposto sobre Produtos Industrializados de setores específicos e da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE, valores que remuneram o uso ou aquisição de conhecimento tecnológico ou transferência de tecnologia do exterior e, objetivam não somente a geração do conhecimento, mas sua transferência para empresas. Projetos em parceria têm estimulado maior investimento em inovação tecnológica por parte das empresas, contribuindo para melhorar seus produtos e processos e também equilibrar a relação entre investimentos públicos e privados em ciência e tecnologia.

Os primeiros anos do novo século, sob o governo do Partido dos Trabalhadores, as políticas definidas para a ciência e a tecnologia aprofundaram o processo iniciado pelos governos anteriores. A Lei de Inovação Tecnologia, a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa e o investimento na criação de Parques Tecnológicos em aproximação com as universidades públicas e a aprovação do novo marco tecnológico, somados a redução dos investimentos públicos nas universidades públicas e na pós-graduação, consolidam um novo padrão de fomento que, sem dúvida, estabelece um novo padrão de pesquisa alterando o caráter e a função da universidade pública.

A Lei de Inovação Tecnológica dispõe de medidas de incentivo à inovação e a pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo buscando reduzir as questões complexas na relação entre o público e o privado. Criando um terreno fértil para o investimento político e financeiro para a criação de Parques Tecnológicos e da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial. O primeiro, sob a preocupação de congrega instituições públicas e privadas com foco em empresas inovadoras, institutos de pesquisa e universidades e com o objetivo de apoiar empresas no desenvolvimento de seus produtos e aumentar a competitividade. O seu crescimento saltou de 10 parques

⁴ <http://www.finep.gov.br/a-finep-externo/fontes-de-recurso/fundos-setoriais/o-que-sao-fundos-setoriais>

em 2000 para 94, em 2013. Já a segunda tem o objetivo de compartilhar com o Estado os riscos da inovação das empresas e tem entre suas credenciadas maioria de centros de pesquisa das instituições públicas, onde a maior parte é de programas de pós-graduação de universidades públicas e de outros institutos federais de ensino e onde desembarcou para assumir sua presidência um ex- presidente da CAPES.

A aprovação do marco tecnológico, em 2016, vem consolidar a simplificação estimulada pela Lei de Inovação Tecnológica da relação entre o público e privado. Para isso, promoveu a alteração em dez outras leis. Algumas que versam sobre contratação, licitação e importação (Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública, 8.666/93; a Lei do Regime Diferenciado de Contratações Públicas, RDC 12.462/11; a Lei das Importações de Bens Para a Pesquisa Científica, 8.010/90; a Lei de Isenções ou Redução de Impostos de Importação, 8.032/90). Outras que atingem diretamente as instituições públicas de ensino (Lei de Inovação, 10.973/04; Lei da Contratação Temporária no Serviço Público, 8.745/93; Leis das Relações entre as Universidades, 8.958/94; Plano de Carreira das Universidades, 12.772/12; Lei dos Institutos Federais, 11.892/08). E ainda o Estatuto do Estrangeiro.

A partir do novo marco as empresas poderão utilizar espaços, equipamentos e servidores de instituições públicas. O estabelecimento de contratos entre as instituições públicas e as empresas terá forma simplificada, assim como o processo licitatório. A lei também autoriza o recebimento direto de recursos das agências federais de fomento (Capes, CNPq e FINEP) pelas fundações de apoio. Considera a integração de empresas privadas ao Sistema Nacional Público de Pesquisa, permitindo a elas o acesso a recursos públicos. Interfere ainda nas relações de trabalho nas instituições públicas autorizando o afastamento do servidor de suas atividades para colaborar com outras instituições públicas ou privadas, sem ônus para ele e autorizado a receber remuneração adicional. Altera o tempo de contratação temporária e cria uma nova modalidade de bolsa (suporte à inovação) para o corpo docente, discente e técnico.

Com efeito, estas mudanças provocam alterações fundamentais na vida universitária, alterando relações fundamentais da formação promovida pela universidade, interferindo nas relações laborais existente no seu âmbito, e promovendo entraves para a já difícil realização plena da autonomia universitária. Todos estes elementos questionam a função social da universidade, uma vez que, diante uma análise mais demorada desta

legislação e das políticas promovidas pelos governos a partir da Reforma do Estado pode-se identificar um fio condutor que intenta levar a responsabilidade pela sustentação da universidade à produção da pesquisa para o setor privado.

Considerações Finais

Com efeito, sem o reconhecimento do Brasil como um país de capitalismo dependente (Fernandes, 2005), que não contou com um processo de revolução burguesa clássica (idem), e de que suas frações burguesas optaram por uma parceria subordinada que impede a constituição de um projeto autopropelido de desenvolvimento, não se pode avançar nos estudos sobre a ciência e a tecnologia, o desenvolvimento do país e os nexos com a universidade pública no Brasil.

Neste trabalho buscamos estabelecer um debate sobre a pós-graduação no Brasil, seu papel decisivo na produção de ciência e tecnologia e as interferências das representações do capitalismo dependente a partir de políticas que não só impedem a construção de um projeto autopropelido de nação, como vão de encontro a função social da universidade.

A importante inflexão nas políticas de fomento para as universidades, particularizadas em nosso estudo, na pós-graduação apontam uma mudança no protagonismo provocador da heteronomia. Se no momento da sua consolidação, ela teve o Estado como seu controlador, a partir da Reforma do Estado, este busca dar ao setor privado o papel protagonista.

Diante da situação de penúria que vive a universidade pública, as empresas se aproximam dos programas de pós-graduação, contratam seus serviços, seus doutores, mestres, doutorandos e mestrandos e em troca oferecem algum tipo de financiamento que ajude no funcionamento dos laboratórios ou pague bolsas de pesquisas.

Há pesquisadores que encaram isso de forma natural, como se a proximidade entre empresa e universidade fosse realmente um passo para o desenvolvimento do país, e que seria papel da universidade ajudar a empresa a estar em condições de competitividade no mercado nacional e internacional. Outros, resignados, vêem a empresa como a única saída para a continuidade da pesquisa, já que não há verbas públicas suficientes para manter as necessidades básicas para laboratórios e bolsas.

Mas, ainda há aqueles, mais críticos, que vêm na aproximação uma ameaça ao caráter público da universidade e sua necessária autonomia e, principalmente, pelo risco de que a pós-graduação da universidade pública passe a oferecer serviços para a inovação em empresas para se sustentar, ameaçando de forma fatal o papel primeiro da universidade, a formação de um corpo de doutores e mestres de alto nível. E neste último grupo que este trabalho se subscreve.

Referências

CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento: Brasil: JK – JQ*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____. *Universidade Brasileira: reforma ou revolução*. São Paulo. Ed. Alfa - Omega, 1975.

_____. *Brasil: em compasso de espera, pequenos escritos políticos*. São Paulo, HUCITEC, 1980

_____. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5ª São Paulo. Globo, 2005.

MANDEL, Ernest. *Capitalismo Tardio*. Rio de Janeiro: Ed. Abril, 1972.

MARX, Karl. *O Capital. Crítica da economia política. Livro 1 - O processo de produção do capital*. Vol. I. São Paulo: Abril Cultural, 1996.

_____. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução e Introdução de Florestan Fernandes. 2ªEd. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. *Para a crítica da economia política*. Manuscritos de 1861-1863. Caderno I a V. Terceiro capítulo – O capital em geral. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

RICARDO, David. *Princípios de Economia política e tributação*. São Paulo: Ed: Nova Cultural, 1996.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1996.

TEIXEIRA, Anísio. *Educação e Universidade*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1988.